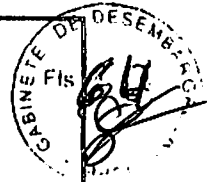




PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DESEMBARGADOR MAURO ALENCAR DE BARROS



HABEAS CORPUS Nº: 202055-7
COMARCA DE ORIGEM: 1ª Vara Criminal (Abreu e Lima)
IMPETRANTE: Dra. Roberta Rodrigues Pitanga – Defensora Pública
PACIENTE: **RAFAEL VICTOR DA SILVA**
RELATOR: Des. Mauro Alencar de Barros
RELATORA SUBSTITUTA: Des. Alderita Ramos de Oliveira
PROC. DE JUSTIÇA: Dra. Ana Carolina Paes de Sá Magalhães
ÓRGÃO JULGADOR: Segunda Câmara Criminal

219

PENAL E PROCESSUAL PENAL. HABEAS CORPUS. TRAFICO DE DROGAS E PORTE ILEGAL DE ARMA. FUNDAMENTAÇÃO DA PRISÃO PREVENTIVA PELA GRAVIDADE DO CRIME. RÉU COM MAUS ANTECEDENTES. JUSTIFICADA A MANUTENÇÃO DA PRISÃO. CONDIÇÕES PESSOAIS FAVORÁVEIS NÃO COMPROVADAS. EXCESSO DE PRAZO. INSTRUÇÃO CRIMINAL ENCERRADA. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 52 DO STJ. ORDEM DENEGADA. À UNANIMIDADE.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de *habeas corpus* nº 202055-7 (1ª Vara Criminal da Comarca de Abreu e Lima), em que figura, como impetrante, a Defensora Pública Roberta Rodrigues Pitanga, e como paciente **RAFAEL VICTOR DA SILVA**, acordam os Desembargadores componentes da Segunda Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, por unanimidade de votos, em **denegar a ordem** do presente *habeas corpus*, tudo consoante consta do relatório e voto anexos, que passam a fazer parte do julgado.

Recife, 27 de janeiro de 2010.

Desa. Alderita Ramos de Oliveira
Relatora Substituta



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DESEMBARGADOR MAURO ALENCAR DE BARROS



HABEAS CORPUS Nº: 202055-7
COMARCA DE ORIGEM: 1ª Vara Criminal (Abreu e Lima)
IMPETRANTE: Dra. Roberta Rodrigues Pitanga – Defensora Pública
PACIENTE: **RAFAEL VICTOR DA SILVA**
RELATOR: Des. Mauro Alencar de Barros
RELATORA SUBSTITUTA: Des. Alderita Ramos de Oliveira
PROC. DE JUSTIÇA: Dra. Ana Carolina Paes de Sá Magalhães
ÓRGÃO JULGADOR: Segunda Câmara Criminal

220

RELATORIO

Trata-se de pedido de ordem de *habeas corpus* liberatório, subscrito pela ilustre representante da Defensoria Pública, em favor de **RAFAEL VICTOR DA SILVA**, apontando como autoridade coatora o Exm.º Juiz de Direito em Exercício no Mutirão Carcerário do Conselho Nacional de Justiça, objetivando, em sede de liminar e no mérito, a expedição de alvará de soltura para que o paciente possa responder ao processo em liberdade, por ausência de fundamentação adequada para o decreto prisional e por excesso de prazo.

Afirma a impetrante que o paciente foi preso em flagrante no dia 27/08/2008 pela prática dos delitos capitulados nos arts. 33 da Lei nº 11.343/06 (tráfico de drogas) e art. 14 da Lei nº 10.826/03 (porte ilegal de arma de fogo).

Sustenta que o paciente é pessoa de boa índole, primário, tem endereço fixo e não pretende se furtar a aplicação da lei penal, e que o decreto de prisão preventiva é destituído de fundamentação adequada, posto que deixou de apontar fatos concretos imputáveis ao paciente.

Justifica ainda o pedido por excesso de prazo da prisão (mais de 01 ano e 02 meses), sem que se tenha concluído a instrução processual, afirmando que a Lei de Drogas permite a liberdade provisória.

A liminar foi indeferida, conforme se verifica da decisão de fls. 44/45, por insuficiência de informações.

Ofício do Juízo de Direito da 1ª Vara Criminal de Abreu e Lima às fls. 51/52, esclarecendo que a instrução criminal já está encerrada, estando os autos em fase de diligências (juntada das perícias balística e de material vegetal).

Comunica que o paciente responde também na comarca por um crime de duplo homicídio (Processo nº 247.2009.000003-2) e que já foi condenado por porte



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DESEMBARGADOR MAURO ALENCAR DE BARROS

221



ilegal de arma na comarca de Olinda, não sendo, portanto, pessoa de bons antecedentes.

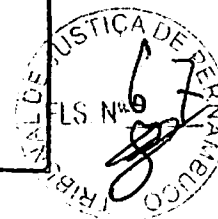
Parecer da douta Procuradoria de Justiça às fls. 56/59, opinando pela denegação da ordem, uma vez encerrada a instrução criminal (súmula 52 do STJ).

Em seguida, vieram-me conclusos.

É o breve relatório.

Recife, 27 de janeiro de 2010


Desa. Alderita Ramos de Oliveira
Relatora Substituta



HABEAS CORPUS Nº: 202055-7
COMARCA DE ORIGEM: 1ª Vara Criminal (Abreu e Lima)
IMPETRANTE: Dra. Roberta Rodrigues Pitanga – Defensora Pública
PACIENTE: **RAFAEL VICTOR DA SILVA**
RELATOR: Des. Mauro Alencar de Barros
RELATORA SUBSTITUTA: Des. Alderita Ramos de Oliveira
PROC. DE JUSTIÇA: Dra. Ana Carolina Paes de Sá Magalhães
ÓRGÃO JULGADOR: Segunda Câmara Criminal

VOTO DO RELATOR

Consta na peça denunciatória que o paciente foi preso em flagrante por policiais civis no dia 27/08/2008 estando na posse de 06 (seis) 'dólares' de maconha, após denúncia de que na sua residência funcionava uma 'boca de fumo'.

No decorrer das investigações, através de informações do adolescente J.G.C.S., foi encontrado um revólver municiado com três cartuchos intactos, escondido no telhado da casa.

Aduz a defesa que o indeferimento do pedido de liberdade se deu apenas pela gravidade em abstrato do crime, e que o paciente é primário, tem endereço conhecido e ocupação lícita.

Inicialmente registro que a impetrante não juntou qualquer documento que comprove as prefaladas condições pessoais favoráveis do paciente, ao contrário. Juntou cópia do assentamento carcerário que confirma a existência de outras ações penais em andamento contra o paciente (fls. 34).

A jurisprudência do STJ e deste Tribunal de Justiça é reiterada no sentido de que a primariedade e os bons antecedentes não são suficientes, por si sós, para afastar a necessidade da prisão, quando presentes os requisitos da preventiva, conforme se vê no acórdão parcialmente transcrito abaixo:

(...) 5. Eventuais condições subjetivas favoráveis, tais como primariedade, bons antecedentes, residência fixa e trabalho lícito, por si sós, não obstam a segregação cautelar, se há nos autos elementos hábeis a recomendar a sua manutenção, como se verifica no caso em tela. (...) (HC 103.361/RJ, Rel. Ministro NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, QUINTA TURMA, julgado em 10.06.2008, DJ 30.06.2008 p. 1)

Vejamos, nesse sentido, mais uns precedentes do STJ:



*(...) Sendo o remédio constitucional conduzido por procedimento sumário e de cognição antecipada, o inconformismo em torno dos elementos justificadores da decisão combatida desmerece a respectiva aderência, porque não cogitados de plano. **Por fim, mesmo tratando-se de réu primário, de bons antecedentes e com residência fixa, tais predicados, por si sós, não autorizam a liberdade requerida.** Ordem denegada. (STJ - HC 29.401/SP - Relator: Ministro José Arnaldo da Fonseca - Quinta Turma - DJ de 13.10.2003, p. 393). (Grifo nosso).*

Quanto a alegação de que a prisão se fundamenta apenas na gravidade do crime, verifico que no caso sob análise existem elementos que justificam concretamente a manutenção da prisão.

Em sua decisão denegatória do pedido de relaxamento da prisão por excesso de prazo, a autoridade dita coatora justificou que:

*"(...) Observo que o acusado está preso em flagrante delito desde 27/08/2008, sendo que o processo já está em fase de diligências, após a qual serão apresentadas as alegações finais, razão pela qual não vislumbro excesso injustificado de prazo. De outra banda não vislumbro a presença dos requisitos para a concessão do benefício da liberdade provisória em favor do acusado, o qual, inclusive, é vedado por lei (art. 44 da Lei 11.343/06), no caso dos autos, sendo de se destacar, também, **que o denunciado havia sido beneficiado com alvará de soltura nos autos do proc. nº 226.2007.00959-9, no dia 23/05/2008, tendo logo em seguida sido preso em virtude deste processo, pelo que se deve resguardar a ordem pública, razão pela qual mantenho a prisão cautelar do réu RAFAEL VICTOR DA SILVA**" (fls. 37).*

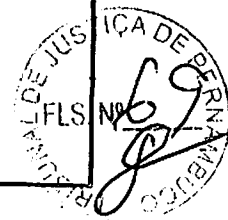
A conduta reiterada do paciente no cometimento de delitos nos permite concluir que, uma vez em liberdade, representará uma ameaça à sociedade, estando justificada a sua segregação cautelar.

Outrossim, infere-se que o feito tramita normalmente, não se vislumbrando, até o presente momento, a ocorrência do apontado constrangimento ilegal.



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DESEMBARGADOR MAURO ALENCAR DE BARROS

224



Ao contrário. Nas suas informações, a autoridade apontada como coatora informa que o processo está com a instrução encerrada e com vistas à defesa para oferecimento das alegações finais.

Incide, no caso, a súmula 52 do Superior Tribunal de Justiça:

Sumula 52 - Encerrada a instrução criminal, fica superada a alegação de constrangimento por excesso de prazo.

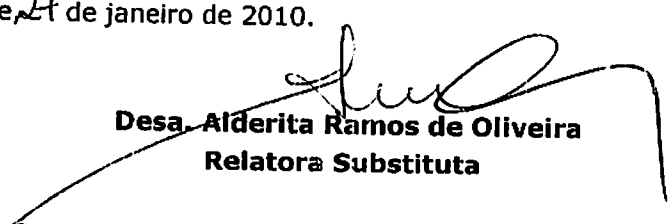
Sobre o assunto, observe-se ainda acórdão abaixo:

RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS. TRÁFICO DE ENTORPECENTES. EXCESSO DE PRAZO. INSTRUÇÃO ENCERRADA. FASE DO ART. 499 DO CPP. PRISÃO EM FLAGRANTE. PLEITO DE LIBERDADE PROVISÓRIA. CRIME HEDIONDO. INDEFERIMENTO. CONSTRANGIMENTO ILEGAL NÃO CONFIGURADO. RECURSO DESPROVIDO. 1. **Encerrada a instrução criminal, pois os autos encontram-se em fase de alegações finais, resta superado o apontado constrangimento ilegal por excesso de prazo. Incidência da Súmula 52 desta Corte. (...)**

5. Recurso desprovido. (STJ, RHC 20.966/ES, Rel. Ministra JANE SILVA (DESEMBARGADORA CONVOCADA DO TJ/MG), QUINTA TURMA, julgado em 23.08.2007, DJ 24.09.2007 p. 325)

Assim, em consonância com o Parecer da douta Procuradoria de Justiça, **voto pela denegação da ordem** do presente Habeas Corpus.

Recife, 27 de janeiro de 2010.


Desa. Alderita Ramos de Oliveira
Relatora Substituta